

NO PINTCHA

* ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E CULTURA *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU



A. Pereira hoje em Bissau

gulares que existem entre os dirigentes máximos do nosso Partido.

Durante a sua permanência na Guiné-Bissau, o camarada Aristides Pereira que viaja acompanhado de sua esposa, Carlina Pereira, deverá assistir à sessão solene de encerramento da Assembleia Nacional Popular, prevista para o início da próxima semana.

É esperado no fim da tarde de hoje na nossa capital o camarada Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC e Presidente da República irmã de Cabo Verde, no quadro dos contactos re-

Guiné-Bissau participa na cimeira Franco-Africana

O camarada Victor Saúde Maria, Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, representará o camarada Presidente Luiz Cabral na cimeira Franco-Africana que se realiza brevemente em Kigali, no Rwanda, na qual a Guiné-Bissau participa com o estatuto de observador.

Para o efeito o chefe da diplomacia guineense deixará hoje Bissau, com

destino a Abidjan, de onde viajará para a capital rwandesa acompanhado do Presidente Félix Houphouët Boigny, da Costa do Marfim.

Nesta sua viagem, o camarada Victor Saúde Maria fará uma escala de algumas horas em Monróvia, Libéria, a fim de entregar pessoalmente ao Presidente William Tolbert uma mensagem do Presidente Luiz Cabral.

Adiada Assembleia das Mulheres

Tendo em conta o prolongamento dos trabalhos da actual sessão da Assembleia Nacional Popular para além da data prevista para o seu encerramento, a abertura da Assembleia das Mulheres, convocada pela Comissão Feminina do PAIGC, é adiada para o próximo dia 11 de Junho, desenvolvendo-se os seus trabalhos até ao dia 13.

Por igual motivo ficam adiados, para data a anunciar brevemente, os Seminários de popularização das decisões do III Congresso a ter lugar nas Sedes das diversas regiões.

Entretanto, terá lugar, na cidade de Bola-

ma, a partir do dia 22 deste mês, um concurso de danças tradicionais, com a participação de vários grupos artísticos de todas as ilhas que compõem a região Bolama-Bijagós.

Este concurso promovido pela Comissão Feminina da região tem como finalidade angariar fundos para a primeira Assembleia Nacional das Mulheres da Guiné-Bissau que se realizará em Bissau.

As inscrições já se encontram abertas para os interessados. Para facilitar a organização e o controle no que respeita ao alojamento e alimentação, os grupos artísticos só poderão levar o máximo de 10 pessoas.

Prioridade no apoio aos camponeses obtém unanimidade na ANP

Já no seu décimo dia de intensos debates, a Assembleia Nacional Popular prosseguiu ontem os seus trabalhos, que devem estar concluídos a meio da próxima semana. Na sessão da manhã de ontem, durante os debates sobre o Desenvolvimento Rural, as atenções dos deputados incidiram fundamentalmente nas prioridades vitais de ajuda aos camponeses, garantindo-lhes as sementes agrícolas e no início de cada época das chuvas, assegurando assim o incremento cada vez maior da produção, à luz dos objectivos da luta pela auto-suficiência alimentar e pela criação de uma economia nacional independente. A necessidade de garantia de abastecimento de mancarra e arroz, a curto prazo, do complexo industrial de Cumeré, esteve no centro das atenções.

Ontem e anteontem, intervieram os comissários da Informação e Cultura, da Justiça, dos Recursos Naturais e da Educação.

O camarada Mário de Andrade destacou os problemas técnicos da Rádio-

difusão, e referiu os trabalhos em curso de recolha da tradição oral popular e da história da nossa luta. O camarada Fidelis de Almada abordou os problemas que dificultam o bom funcionamento dos

tribunais populares. No que diz respeito aos Recursos Naturais, o camarada Samba Lamine falou sobre as realizações daquele departamento e as que estão em curso. Sobre a Educação falou-se nos principais problemas que afectam o nosso ensino, que, no dizer do camarada Filinto Vaz Martins são a má preparação dos professores e a falta de material didáctico.

Durante a sua intervenção o camarada Samba Lamine Mané, Comissário de Estado dos Recursos Naturais explicou aos deputados as funções deste novo departamento e detalhou os estudos que estão a ser feitos sobre as

nossas riquezas minerais. O problema das queimadas foi um dos pontos tratados por todos os departamentos regionais. O camarada Samba Lamine, disse que será revisto e apresentado aos deputados o projecto de lei sobre a prática, e um outro projecto sobre a caça.

O camarada Filinto Vaz Martins, que interveio a seguir, falou ainda sobre a energia, na sua qualidade de presidente do Instituto Nacional de Energia, e falará hoje sobre a Ano Internacional da Criança, também na qualidade de presidente da Comissão Nacional A.I.C.

Timor-Leste

Cinco anos de luta

Os patriotas mauberes comemoram amanhã o quinto aniversário da fundação da FRETILIN (Frente de Libertação de Timor-Leste Independente), movimento que une e dirige o povo maubere na luta que trava contra o invasor indonésio.

Em 20 de Maio de 1974, em Timor-Leste, um grupo de jovens mauberes ardentes de patriotismo decidiu constituir-se em movimento, fundando a ASDT (Associação Social-Democrática de Timor-Leste), de que resultaria a FRETILIN, primeira força política organizada do povo deste pequeno e heróico país.

Em Timor-Leste, esta data é celebrada mais uma vez em pleno combate. Apesar do isolamento geográfico, a resistência continua e tem registado notáveis vitórias no plano político, militar e social.

A história do povo de Timor-Leste é uma história de luta, de revoltas e levantamentos armados que, ao longo de cinco séculos de noite colonial, foi uma constante na vida deste povo. O povo maubere nunca aceitou de bom grado a presença dos usurpadores estrangeiros no seu país, contra os quais manteve uma luta

árdua e feroz. Foi assim que, em 1718, se registou a guerra de Cová Lima, a de Manulahi (1892-1912). A última registou-se em 1959. Mas todas elas redundaram em fracasso.

Contudo, mercê do seu poderio bélico, o colonialismo português foi-se impondo gradualmente no território, utilizando métodos sofisticados de guerra psicológica, e aproveitando-se da divisão do povo em pequenas tribos e regiões, segundo o princípio de «dividir para reinar» — estava lançada a raiz do colonialismo.

Apesar de tudo, o povo maubere não verga; resiste, ainda que de forma passiva, através das suas manifestações culturais, até ao dia em que amadurecem as condições de uma luta organizada.

Assim, a 20 de Maio de 1974, um grupo de patriotas timorenses, sintetizando os fracassos da luta dos seus antepassados e as experiências novas

de outros povos oprimidos, numa correcta interpretação dos mais nobres ideais, cria a ASDT que, por necessidade da luta, se transforma na FRETILIN.



Roque Rodrigues, membro do Comité Central da FRETILIN, que visitou o nosso país em Abril último

O imperialismo, vendo os seus interesses em perigo, utiliza a UDT — um movimento fantoche —

(Continua na página 8)

Seminário

sobre

“as leis do trabalho”

(Pág-2)

Nicarágua;

nova frente de luta

(Pág-7)

Renovação da Convenção de Lomé

(Pág-8)

Se houvesse outro salão de cinema...

Não vou inumerar as cartas dos leitores que já vi no jornal sobre o mau estado do (praticamente) único salão de cinema que temos na cidade de Bissau, mas posso dizer que são muitas.

Toda a gente se tem queixado e, muitas vezes com razão. Tenho a certeza de que se houvesse outro salão de cinema, poucas pessoas iam à UDIB, a não ser os amigalhões dos bilheteiros que, podem ir quando querem porque os seus bilhetes já estão reservados com muitas horas de antecedência, ou então os sócios que têm um pequeno desconto nos bilhetes.

Tenho presenciado muitas cenas pouco agradáveis. Ai, se houvesse outro salão de cinema... É pena... Na semana passada, assisti a uma discussão bastante aborrecida para quem está no salão a ver um filme, por acaso bastante animado. Era um filme daqueles, como costumamos dizer, de corrida entre polícias e ladrões.

Era na matiné. O espectador recusava-se a ver o filme no lugar, infelizmente bastante mau, que tinha encontrado, depois de ter estado várias horas na bicha para arranjar um bilhete, vendo inclusive os «amigalhões» a receber os bilhetes pela «porta do cavalo». Mas, qual a razão dessa discussão? Não havia cortinado na porta de entrada, e a luz do cuspulo entrava toda no salão e, era, (concordo), impossível ver o filme com tanta claridade.

O fiscal, pelo que ouvi, dizia que não havia cortina, porque as tinha mandado lavar. Então, mas isso é assim? Se lavarem as cortinas de amanhã, às 18,30, quando começa o filme, tenho a certeza de que já estão enxutas.

Mas a confusão não acabou. O nosso amigo espectador resolve sentar-se rapidamente nas poltronas da direcção da Udib. Agora é que a situação é mais grave, porque é expulso, e exige que lhe dêem o dinheiro que pagou pelo bilhete.

Não ligam. O espectador volta a entrar no salão e é posto na rua. Uns minutos depois vemos, outra vez o nosso amigo, agora com um ar imponente sentar-se entre vários dirigentes da Udib. No intervalo pergunto-lhe: então, afinal conseguiste?

«Pois claro. Falei com um camarada da direcção que achou que, de facto, aquele lugar não é propício para ver o filme, e decidiu que podia sentar-me nesses lugares reservados à direcção do clube».

Mas, admite-se que uma pessoa pague o seu bilhete e não se sinta cómodo? A comodidade não existe naquela casa. Ou tem que «lutar» para conseguir um bilhete; — e se consegue, vai geralmente para o lado onde a ventoinha está avariada há mais de dois meses — ou então tem o azar de se sentar numa cadeira coxa ou quase a partir-se e, para cúmulo, se sai no intervalo apanha calor, porque as ventoinhas também não estão a funcionar, e fica de pé (e é se quiser) porque as poltronas ali também estão quase partidas. Isto, não falando daqueles que vão para a plateia.

O que é que acham disto? Não concordam comigo quando digo: Ai, se houvesse outro salão de cinema na cidade...

SONA MAWA

Seminário sobre "As leis do trabalho"

Iniciou-se anteontem, no salão das reuniões da UNTG (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné) um seminário sobre as leis do trabalho, que se prolonga até ao dia 9 do próximo mês.

Este seminário que terá sessões todos os dias a partir das 17 horas, no qual participam os responsáveis dos Assuntos Sociais e do Trabalho dos diferentes comités dos trabalhadores da UNTG nas empresas e locais de trabalho, tem como objectivo dar aos comités, noções sobre a legislação vigente na República da Guiné-Bissau. Os temas a discutir serão a administração do trabalho, a política social, o trabalho dos menores, licenças e férias de parto, diferenças entre decreto-lei, lei e decisão, convenções e contratos, e «o PAIGC — Partido de vanguarda dos trabalhadores da Guiné-Bissau e Cabo Verde». Os membros dos comités dos diversos locais de trabalho terão a oportunidade de ouvir intervenções de alguns dirigentes do Partido e do Estado.

A sessão solene de inauguração, que teve lugar na tarde de quinta-feira, foi presidida pelo camarada Adelino Mano Queta, do Secretariado Provisório e membro do Conselho Nacional da U.N.T.G., assistiram responsáveis de diversos departamentos da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau.

Depois de ter usado da palavra o camarada César Lopes, Adelino Mano Queta começou por dizer que «para um trabalhador po-

der viver e ser feliz, é necessário que haja condições justas para o trabalho que desenvolve, pois só assim se justifica o seu esforço. «Temos que fazer leis que se adaptem à nossa realidade, e temos que fazer com que a massa trabalhadora participe na sua elaboração, directa ou indirectamente.»

Durante a sua intervenção, focou a participação das mulheres e dos jovens no trabalho produtivo porque, eles, «em circunstâncias iguais podem fazer um trabalho tão importante como os homens». Por isso, compete-nos a nós sensibilizar todos os

trabalhadores para esse facto.

Mais adiante, o camarada Mano Queta falou da função que cabe aos membros dos comités de trabalhadores. «Quando tivermos algumas dúvidas sobre o nosso trabalho, devemos dirigir-nos à UNTG, porque ela defende os trabalhadores nas suas justas reivindicações. Quando qualquer atitude da direcção não fôr concreta, não devemos entrar em choques mas sim pedir audiência e diálogos. Mas também sabemos que as direcções de várias empresas evitam muitas vezes encontros com os comités da

UNTG, pensam que querem meter-se nos problemas da direcção, mas isso não é verdade.»

A terminar, falou-se da necessidade de assegurar cada vez mais o futuro dos descendentes dos trabalhadores acidentados relacionando este problema com o que existia durante a época colonial em que a família do trabalhador só recebia seis meses de vencimento e depois, teria que ir tratar da sua vida como bem entendesse. «Essa lei só servia aos patrões, e nunca as aspirações da massa trabalhadora» — concluiu.

Saudações do rei de Espanha a Luiz Cabral

Num telegrama de saudações enviado ao Presidente Luiz Cabral, o rei Juan Carlos de Espanha expressa as suas cordiais saudações ao Presidente do Conselho de Estado, assim como a to-

do o povo da Guiné-Bissau.

A mensagem foi enviada quando o soberano espanhol sobrevoava o espaço aéreo do nosso país, a caminho de Dakar, proveniente da República

da Guiné Esta viagem está enquadrada no périplo que Juan Carlos está a efectuar pela África Ocidental tendo feito a sua primeira escala na Costa de Marfim.

Aeronáutica civil portuguesa coopera com a LIA e aeroportos

A Aeronáutica Civil portuguesa vai colaborar com a Guiné-Bissau nos domínios da reestruturação do sector de aeroportos, empresa de transportes aéreos—LIA, autoridade da aeronáutica e formação de pessoal especializado; controladores de tráfego aéreo, técnicos de manutenção e pilotos. Estas informações foram obtidas junto do

sub-director da Direcção -Geral da Aeronáutica Civil Portuguesa, coronel Álvaro Morgado, que, a convite do Comissário de Estado dos Transportes, esteve em Bissau durante três dias.

Durante a sua permanência na nossa capital, a delegação, que já regressou ao seu país, teve contactos diversos com os respon-

sáveis da Aeronáutica Civil e da LIA, e visitou as instalações do aeroporto e da nossa Companhia Aérea.

«Afirmamos claramente as nossas disponibilidades. A partir deste momento, vamos constituir grupos de trabalho para implementar esses estudos» — disse-nos ainda o coronel Morgado.

Responde o povo

A UNTG na reconstrução nacional

A União Nacional dos Trabalhadores da Guiné completou ontem 18 anos de existência como organização de vanguarda dos trabalhadores do nosso país. O seu nascimento coincide com o desencadeamento da nossa luta armada de libertação nacional. O seu criador e grande impulsor foi o camarada Amílcar Cabral. E o trabalho realizado até hoje pela UNTG reflecte, incontestavelmente, a genial linha de pensamento desse saudoso filho de África. A propósito dessa data, 18 de Maio, que foi assinalada por um vasto programa de comemorações organizadas pela UNTG, o «Nô Pintcha» deu a palavra aos leitores.

REFORÇAR SUA PRESENÇA JUNTO DOS TRABALHADORES

Columbano Leckssy, 28 anos de idade, operário da CICER — Eu conheço pouco da história da U.N.

T.G. na fase da luta armada. Mas, logo após a independência, e a partir de uma certa fase, verifico que a UNTG deu um grande impulso na organização dos trabalhadores o que veio a culminar com a realização da sua 1.ª

Conferência.

Com 18 anos de existência, posso dizer que a nossa Central Sindical está a demonstrar mesmo que já atingiu a maioridade. Contudo, a UNTG deve continuar a desenvolver as suas actividades, a intensificar a sua permanência junto dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Na CICER, por exemplo, através dos seus órgãos próprios, têm contribuído na organização de actividades de carácter social, cultural e desportivo, de interesse para os trabalhadores. Com estas iniciativas, de certeza que contribuirá

para o aumento da consciência dos trabalhadores.

COMBATER AS IRRESPONSABILIDADES

Maria Virgínia Gomes, 26 anos de idade, trabalhadora da Função Pública — Admiro muito a maneira como a UNTG está a organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, e o grande interesse com que as pessoas estão a tomar parte nessas actividades. Em mais este aniversário que ela celebra, acho que a UNTG deve fazer uma análise das suas actividades e intensificar a sua actuação em todos os departamen-

tos administrativos do país, onde muitos trabalhadores só estão a ganhar, sem cumprir, no mínimo, as suas obrigações. Deve-se combater no duro a irresponsabilidade.

CONHECER A FUNDO OS PROBLEMAS DO TRABALHADOR

Estevão Soares Malú, 18 anos de idade, estudante do 5.º ano do Liceu Kwame N'Krumah — Este aniversário da UNTG deve ser comemorado pelos trabalhadores, com toda a sua força. Mas este é também o momento da nossa Central Sindical reforçar a mobilização dos trabalhadores, tarefa que,

aliás, está em curso, e também desenvolver uma campanha de estudo da situação social e profissional dos trabalhadores nos seus locais de trabalho.

A UNTG, quanto melhor conhecer os problemas dos trabalhadores, melhor poderá mobilizá-los, organizá-los e defender os seus interesses. Tomando como exemplo um chefe de família que não se interessa pelos problemas que tem cada elemento da sua família, dificilmente esse chefe de família poderá vir a ter voz activa em casa ou exigir qualquer coisa ou dar a devida solução aos problemas, porque os desconhece.

Projecto de recuperação de solos

Um crédito de 4,8 milhões de francos franceses foi acordado entre a República irmã de Cabo Verde e a Caixa Central Francesa de Cooperação Económica (CCCE), na cidade da Praia.

Este crédito destina-se ao financiamento de um projecto que comporta, por um lado, o equipamento e material pesado de terraplanagem das brigadas especializadas en-

carregadas de um programa de restauração dos solos nas ilhas de S. Nicolau e Santiago, e, por outro lado, a continuação de um programa de preparação de quatro valas na ilha de Santiago para culturas de exportação (banana e produtos hortícolas).

A convenção de empréstimo foi assinada, do lado caboverdeano, pelo camarada João Pereira Silva, Ministro de Desen-

volvimento Rural e, pela parte francesa, pelo director geral da CCCE, Claude Panquillot.

Está previsto um financiamento de 1,2 milhões de francos franceses, por uma subvenção do fundo francês de ajuda e de cooperação e o complemento necessário será aplicado pelo CCCE sob forma de empréstimo a longo prazo, no quadro da ajuda que o Governo

francês decidiu acordar em 1979 aos países do Sahel, a que Cabo Verde pertence.

O empréstimo da Caixa Central francesa será reembolsado em 30 anos. Terá uma taxa de interesse de 1,5 por cento ao ano, durante os 11 primeiros anos, correspondendo ao período de reembolso, e dois por cento durante os 21 anos seguintes.

Diplomatas desenvolvem acções de cooperação pontual

Duas novas acções de cooperação pontual por parte de dois países amigos foram recentemente encetadas com o Ministério da Educação e Cultura, inseridas numa linha de actuação e de desenvolvimento complementar de esforços para alargar e avolumar a cooperação veiculada pelos mecanismos oficiais a nível de comissões inter-governamentais e a nível directo entre os Estados, operados por elementos de algumas representações diplomáticas no nosso país.

Embaixadores de países amigos que desenvolvem com o Governo caboverdeano uma cooperação multifacetada, interessam-se também por campos de intercâmbio e de apoio, por vezes não previstos nem operados a nível oficial, desenvolvem todo um trabalho de contactos e de levantamento de possibilidades de cooperação complementar e entregam directamente aos departamentos governamentais caboverdeanos os resultados dessas iniciativas.

O departamento ministerial da Educação e Cultura informou ao Voz di Povo que dentro em breve deverão ser notícia novas acções desta cooperação pontual por parte de vários países amigos.

Recentemente, da República Federal Alemã chegou a Cabo Verde uma importante oferta de filmes educativos e de informação sobre temas variados, todos eles de curta-metragens, que se mostram de grande interesse para a educação.

Fruto do apoio de instituições e empresas alemãs, foi também recentemente feita a concessão de materiais desportivos, nomeadamente de redes para quatro balizas de futebol, equipamento completo para duas equipas e várias bolas de futebol.

Por iniciativa do embaixador de Portugal, o Ministério da Educação recebeu exemplares de largas dezenas de edições escolares para os ensinamentos primários, preparatório, secundário e técnico-profissional. São livros de textos portugueses, textos de apoio, fichas de trabalhos manuais e documentação diversificada.

Colecções como «Primeiras Perguntas», «Ver e Aprender», «Lego», «Ve-

jo» e «Fazer é Fácil» foram oferecidas em centenas de exemplares.

Depois de analisadas e estudadas em pormenor no Gabinete de Estudos do Ministério, as numerosas edições poderão ser distribuídas amplamente pelas escolas e estabelecimentos de ensino em todo o território caboverdeano.

Da selecção chinesa da província de Shantung, que no passado mês de

Dezembro visitou Cabo Verde e disputou dois jogos de amizade, no Estádio da Várzea e no Estádio da Fontinha, em S. Vicente, recebeu também muito recentemente a Direcção dos Desportos um cheque de 50 mil escudos destinados a contribuir para as obras de melhoria das instalações desportivas do Polivalente, na Várzea, perímetro desportivo da capital.

PNUD reforça apoio a Cabo Verde

A extensão dos orçamentos até 1981 dos projectos patrocinados pelo PNUD em Cabo Verde, que foram sujeitas a profundas alterações foi assinada na tarde do passado dia 2 pelo Director Regional do PNUD para a África e pela representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento naquele país, Ida Paquim, por esse organismo internacional, e, pelo lado do Governo caboverdeano, pelo secretário de Estado da Cooperação e Planeamento, camarada José Brito.

Aviação civil, pesca, águas subterrâneas (exploração e captação) e protecção agrícola, vegetal e de solos, foram os projectos contemplados pelas revisões e pela extensão do financiamento. Os peritos da PNUD fizeram, no fim da cerimónia, breves intervenções explicando a importância de cada projecto na reconstrução de Cabo Verde. Estiveram presentes responsáveis caboverdeanos dos domínios agora beneficiados.

Doo Kingué encontrou-se no país, numa visita de rotina para se inteirar dos problemas causados pela seca em Cabo Verde, que abordará no seu relatório anual, a apresentar em Junho ao Conselho de Administração do P.N.-U.D. sobre a situação da

seca no continente africano.

Em entrevista concedida aos órgãos de informação de Cabo Verde, Doo Kingué declarou que pretende, durante a sua missão, efectuar uma recolha de dados que lhe permitam reforçar a campanha iniciada pelo Governo de mobilização de ajudas externas para solucionar os graves problemas causados pela seca.

Recordou, a i n d a, a reunião realizada no passado mês de Abril, em Dakar, entre o secretário de Estado da Cooperação e Planeamento, José Brito, e os representantes das fontes de financiamento. Afirmou que deve ser feita uma rigorosa campanha de sensibilização, para que as pessoas possam ter uma ideia concreta da situação de seca que se vive em Cabo Verde.

O Director regional diria, em seguida, que a Assembleia Geral da ONU pediu ao conjunto das organizações e agências internacionais, incluindo o PNUD, bem como à comunidade internacional, que atribua um tratamento especial a Cabo Verde.

Em Junho de 1977, o Conselho de Administração do PNUD decidiu considerar Cabo Verde como pertencente ao grupo dos países menos desenvolvidos e aumentar a sua aju-

da ao seu programa de desenvolvimento.

Doo Kingué afirmou que Cabo Verde poderá, por ocasião da Conferência de Ministros africanos, defender um dossier que lhe permita obter um financiamento para o sector dos transportes e comunicações.

A Nova Ordem Económica Internacional e a sua influência na vida africana foi um dos pontos analisados pelo Director Regional do PNUD, que disse:

«A Nova Ordem Económica Internacional deve começar na própria casa, na medida em que não podemos ter ordem no exterior se a desordem reina no interior. As nossas economias devem ser melhor geridas, na medida em que, quando mal geridas, são necessariamente mais vulneráveis em relação a correntes externas».

Afirmou que «a Nova Ordem Económica deve primeiramente refletir-se na África, pela organização de uma maior solidariedade económica, que dê mais força aos países africanos nas negociações internacionais». A terminar, afirmou que a nova ordem no plano cultural e social só pode ser atingida com a descolonização política total do continente africano.



AMILCAR CABRAL

AS LIÇÕES DE PINDJIGUITI

O massacre cometido no cais de Pindjiguiti, a 3 de Agosto de 1959, pelas hordas colonialistas, conta-se entre estes factos. Impondo uma revisão total da nossa estratégia, uma tomada firme de posição da única forma de luta capaz de conduzir à liquidação do colonialismo — a luta armada — o feito dos heróis e mártires do 3 de Agosto que, de mãos nuas, ousaram fazer face às metralhadoras inimigas, inscreveu-se para sempre entre os momentos mais altos da nossa história.

A escolha da data do 3 de Agosto como dia da solidariedade internacional para com os povos das colónias portuguesas reflecte também a grande importância do feito do Pindjiguiti, a qual transborda a nossa história, projectando-se na história mais vasta da luta que, de Cabo Verde a Moçambique, travam os nossos povos pela sua independência.

É, portanto, grande a responsabilidade que nos legaram, com a sua lição de firmeza e coragem, aqueles que tomaram juntos a 3 de Agosto de 1959.

Desenvolver cada dia mais a nossa acção em todos os planos, reforçar a nossa unidade, desalojar o mais depressa possível, os colonialistas da nossa terra, redobrar sua vigilância para defender a nossa organização afim de que aos trabalhadores e ao povo da nossa terra nunca felte a justiça e a liberdade por que deram gloriosamente o seu sangue — este é o único caminho, aquele através do qual nos guia o nosso Partido, para nos mantermos merecedores do sacrifício dos que tomaram para sempre em Pindjiguiti.

Compatriotas da Guiné e Cabo Verde,

Camaradas militantes, combatentes e responsáveis do nosso grande Partido.

Comemoramos hoje — 3 de Agosto de 1968 — mais um aniversário da data gloriosa em que alguns filhos heróicos do nosso povo tiveram a coragem de enfrentar, sem armas, a bárbara repressão dos colonialistas portugueses. Data que, pelas suas consequências, marcou de maneira concreta, com o sangue dos nossos irmãos tombados no Cais de Pindjiguiti, o começo da nossa luta de libertação nacional. Data que, por isso, e pelo exemplo fecundo que deu a todos os povos africanos, ficou gravada não só na nossa história, mas também na história de todos os povos das colónias portuguesas e da África. 3 de Agosto é o dia mais importante da vida do nosso povo — o dia da nossa festa nacional, o dia de solidariedade de todos os povos para com a luta de libertação dos povos das colónias portuguesas.



OGE: uma política de austeridade para o conjunto da administração

A necessidade de «prosseguir uma política económica e financeira de austeridade, com vista a estabelecer os equilíbrios financeiros interno e externo da Economia Nacional» condicionou a elaboração do Orçamento Geral do Estado, agora aprovado na Assembleia Nacional Popular, como viria, aliás, a condicionar a própria discussão deste documento por parte dos deputados.

Assim (o próprio documento o sublinha) a decisão de reduzir ao mínimo possível o «deficit» do Orçamento motivou que os diversos departamentos estatais fossem dotados «somente com as verbas minimamente julgadas necessárias ao desempenho das suas funções».

As receitas ordinárias para o ano de 1979 são calculadas em 890.348 contos e 889 pesos, enquanto as despesas atingem quase o milhão e meio de contos, ou seja com maior exactidão, 1.474.261.889 pesos. Daqui resulta um «deficit» orçamental de 583.913 milhões de pesos que será coberto por financiamento do Banco Nacional da Guiné-Bissau e por eventuais fundos de ajudas externas destinadas à cobertura do Orçamento corrente, portanto não afectos a projectos de investimento.

Se esta diferença negativa entre receitas e despesas já era suficiente para exigir dos departamentos do Estado uma constante prática de austeridade e contenção nos gastos, essa ideia é ainda mais reforçada com a comparação entre o Orçamento do ano passado e o de 1979. Temos assim que para reduzir esse «deficit» e levar à prática

uma política de austeridade, as despesas previstas sobre um ano a outro 155.900 contos, (isto é, 18 por cento), enquanto as verbas a pagar pelos contribuintes e a somar nas receitas do Estado subiram, segundo as previsões, 270 mil contos. E ainda segundo a lei do Orçamento, o Governo fica desde já autorizado a criar impostos, contribuições e outros rendimentos indispensáveis à administração financeira do Estado, podendo igualmente introduzir as reformas que forem julgadas convenientes nos sistemas de tributação em vigor.

As principais fontes de receitas previstas no Orçamento são os impostos directos — 241.310 contos; impostos indirectos — 380.650 contos; e rendimentos de propriedade — 92.005 contos;

As despesas previstas, para além da sua distribuição por Comissariados e Serviços, têm como pontos de referência funcionais mais importantes os seguintes: Administração Pública (funcionalismo, segurança e ordem Pública) — 20,5 por cento; Defesa — 16,7 por cento; Educação — 13,8 por cento; Saúde Pública — 9,4 por cento; Previdência Social, 6,6 por cento. Os serviços económicos (Indústria, Agricultura, Turismo, Transportes, etc.) levam o melhor de 14% por cento enquanto os Serviços da Dívida Pública (amortizações e juros) consomem 161 mil contos do quase milhão e meio de despesas previstas para 1979. As despesas com pessoal atingem altíssima percentagem de 66 por cento do total.

Mas para além da segurança destes números e

das verbas inscritas nas colunas de receita e despesa do Estado, a Lei do Orçamento para o ano corrente contém indicações bastante explícitas sobre a política de austeridade assumida pelos órgãos de soberania.

Assim, independentemente da atribuição das verbas a cada departamento, as despesas a efectuar serão sujeitas a apertado controle das Finanças, dizendo o artigo 8º da Lei que «a utilização das verbas distribuídas far-se-á com a maior parcimónia exercendo-se estreita fiscalização de forma a não serem consentidas despesas que não se coadunem com a política de austeridade financeira traçada pelo Governo».

Fica determinado que as requisições de fundos têm de subordinar-se à comprovação das efectivas necessidades e que nenhuma requisição de material ou serviços será atendida sem prévia autorização do Comissário de Estado das Finanças.

As nomeações interinas ou por substituição ficam proibidas e as nomeações, promoções e admissões de pessoal só serão efectuadas «com rigorosa observância dos preceitos legais em vigor». Além disso, pode o Governo, sob proposta do Comissário de Estado das Finanças e em caso de dificuldades de tesouraria, «reduzir, suspender ou condicionar» as despesas do Estado e dos Serviços Autónomos.

Finalmente, é de reter a intenção contida nos números um e dois do artigo 8º da Lei do Orçamento, segundo os quais o Governo adoptará as medidas convenientes para revisão das despesas públicas susceptíveis de redução ou eliminação, procurando canalizar as poupanças assim obtidas para sectores produtivos e para estudar planos tendentes «a diminuir o empolamento do sector terciário (serviços) em benefício da expansão dos sectores produtivos, designadamente a agricultura, a pecuária e a pesca».

Distribuição das verbas do orçamento geral do estado

Assembleia Nacional Popular	2.456.800 PG
Presidência do Conselho de Estado	35.140.700 PG
Comissariado Principal	34.922.500 PG
Comissariado das Forças Armadas R. do Povo	229.727.800 PG
Comissariado da Coordenação Económica e Plano	13.034.800 PG
Comissariado dos Combatentes da Liberdade da Pátria	38.581.300 PG
Comissariado de Estado das Finanças	240.405.100 PG
Comissariado do Desenvolvimento Rural	73.485.400 PG
Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros	35.592.500 PG
Comissariado de Estado do Interior	171.017.500 PG
Comissariado de Estado dos Transportes e Turismo	37.829.600 PG
Comissariado de Estado da Justiça	19.943.900 PG
Comissariado do Comércio, Indústria e Artesanato	30.058.700 PG
Comissariado da Saúde e Assuntos Sociais	140.054.300 PG
Comissariado da Informação e Cultura	25.709.800 PG
Comissariado das Obras P., Construção e Urbanismo	44.465.600 PG
Comissariado de Estado da Educação Nacional	195.940.700 PG
Comissariado dos Recursos Naturais	10.000.000 PG

Luiz Cabral

Os debates que se travaram em torno dos orçamentos provam bem o interesse que os deputados dedicam aos problemas do Estado — o camarada Presidente Luiz Cabral, na curta intervenção que fez durante a discussão do Orçamento Geral do Estado e do Orçamento de Investimentos que foram aprovados na tarde de quarta-feira passada na Assembleia Nacional Popular.

«Penso que fizemos um bom trabalho durante estes dois dias — sublinhou o camarada Presidente Cabral, para acrescentar: «vimos os camaradas discutirem este dois documentos com bastante interesse, procurando na medida do possível aprovar as discussões. Tomaram conhecimento do esforço do nosso Governo para acabar com a miséria que o colonialismo nos deixou na nossa terra. Estamos seguros de que os camaradas deputados ap

Programa de a caminho da



Os problemas regionais, nomeadamente as condições sociais e humanas, para acelerar o desenvolvimento ocuparam larguíssimo espaço de tempo na discussão do Estado e do Programa de investimentos. Neste tema a camarada Francisca Pereira, deputada da Unidade Popular da Guiné-Bissau.

Atinge quase os três milhões e meio de contos (mais de duas vezes o Orçamento Geral do Estado) o Programa de Investimentos para 1979, pela primeira vez apresentado para discussão e aprovação na Assembleia Nacional Popular. Entre esses projectos de investimento nos sectores básicos da economia desta-

cam-se instalações fixas no porto de o complexo agrícola do Cumeré, a construção do aeroporto nacional, construção de paragem de escompra de material de transporte fluvial, construção do Liceu Nacional de desenvolvimento de comunicações e sobre a exploração bauxite e desenvolvimento integrado do Sul do País. Em conformidade se diz no próprio preâmbulo da lei que aprova os investimentos a criação de condições materiais para o desenvolvimento e construção de uma Economia independente.

A maior parte do investimento para este ano de três milhões já está reunida e proveniente de doações e subsídios externos embolsáveis, de créditos e empréstimos entretanto dos e garantidos pelo Estado e de doações em base de consumo vendidas no mercado interno, permitiram verbas susceptíveis

sublinha clima de ampla democracia

deram um pouco nestes dois dias de trabalho, conheceram mais um pouco a vida do Estado e a complexidade dos problemas, que este tem de resolver. Portanto, estão mais fortes para puderem desempenhar cabalmente o cargo de deputados do nosso povo».

Os pontos mais quentes destas discussões foram sem dúvida o orçamento destinado aos Recursos Naturais e os investimentos nas regiões, que foram discutidos acaloradamente pelos deputados num clima de ampla democracia. «Quero dizer aos camaradas — disse Luiz Cabral — que esta discussão não teria lugar hoje, se o nosso Orçamento de Investimentos tivesse sido preparado a tempo e horas, para ser apresentado no Conselho de Comissários de Estado, antes de ser submetido à Assembleia Nacional Popular para ser aprovado. E, aqui hoje, seria o governo no

seu todo a defendê-lo frente às oposições de alguns deputados ou responsáveis regionais».

O camarada Presidente Luiz Cabral salientaria que levaram para ANP o Orçamento de Investimentos com «alguns defeitos que ele tem» para «dar oportunidade às pessoas de viverem esta discussão», para compreenderem melhor os problemas que aparecem em relação ao Orçamento Geral do Estado.

O Chefe de Estado guineense felicitou o camarada Comissário de Estado das Finanças, Carlos Correia, pela maneira brilhante como defendeu os ataques desferidos contra os cortes orçamentais e os investimentos pelos delegados das regiões (que por vezes falavam mais dos seus próprios problemas de que das regiões que representavam) e também os camaradas deputados pelo nível das discussões.

Por outro lado, contrariou as críticas feitas pe-

los delegados pelo emprego de 55,5 por cento do Orçamento de Investimentos no Sector Autónomo de Bissau, dizendo que os projectos de Bissau são de dimensão nacional, e que não se deve esquecer que ela é a capital do país e que tem mais «infra-estruturas» e, necessariamente, mais «prestígio». «Os projectos regionais devem ser simples, porque existem muitas dificuldades por lá» disse Luiz Cabral.

O camarada Luiz Cabral defendeu ainda a posição do camarada Samba Lamine, Comissário de Recursos Naturais, que contestou vivamente o Orçamento Geral do Estado. A previsão do seu orçamento era de 55 mil contos e bastava para 10 mil contos.

A terminar, o camarada Presidente Luiz Cabral chamou a atenção para se imprimir mais disciplina na nossa vida económica e financeira.

Investimento público Planificação económica



de mais material para o Orçamento Geral do Estado, falando sobre a situação da Região de Bo-

O camarada Mateus Correia, segundo comandante da Marinha de Guerra e deputado pela Região do Cacheu, produziu diversas intervenções nomeadamente acerca dos problemas dos marinheiros e sobre questões de transportes fluviais e marítimos. Mateus Correia mostrou-se preocupado com a situação de certos indivíduos que desviaram bens do Estado.

distribuição por todo o País e que irão contribuir para o desenvolvimento geral favorecendo, assim, a população no seu conjunto e não, apenas, aquelas que teriam acesso aos bens oferecidos.

Segundo afirmou o próprio camarada Presidente do Conselho de Estado na sua mensagem de abertura da ANP, este Programa de Investimentos é muito ambicioso e ultrapassa tudo quanto os colonialistas algum dia fizeram na nossa terra. Este programa obedece «à capacidade de realização da Economia Nacional e à sua capacidade de endividamento externo». Mas, conforme disse o camarada Luiz Cabral, se conseguirmos, neste ano, realizar uns 60 por cento dos projectos nele contidos será já uma batalha ganha nesta guerra pela independência económica.

Do total exacto de 3.283.255.200 pesos previstos no Programa, falta apenas realizar (ou seja: garantir através de empréstimos ou outras fon-

tes) 172 mil e 400 contos.

Em função desta necessidade de procurar alguns meios externos de financiamento, a Lei que aprovou o Orçamento de Investimentos autoriza o Governo «a contrair os empréstimos internos e externos e a receber os donativos da ajuda externa que se mostrem adequados às necessidades de financiamento do Programa de Investimentos».

Um dado importante desta Lei e que procura introduzir maior coordenação no investimento e controle na aplicação das verbas é a imposição (artigo 4º da Lei) de os recursos obtidos através da ajuda externa serem administrados pelo Comissariado de Estado das Finanças e, em princípio, totalmente destinados ao financiamento. Os Comissariados responsáveis pela execução dos empreendimentos enviarão de seis em seis meses ao Comissariado de Estado da Coordenação Económica e Plano um relatório sobre a evolução

dos projectos e apresentarão trimestralmente ao Comissariado das Finanças os justificativos dos montantes entretanto gastos.

Em função dos Comissariados que vão beneficiar destas verbas para investimento temos, em primeiro lugar, as Obras Públicas, seguindo-se, por ordem decrescente, os Recursos Naturais, o Comércio e Indústria, as Pescas, as Telecomunicações, os Transportes e o Desenvolvimento Rural. Por regiões, o sector autónomo de Bissau recebe mais de metade do total (55,5 por cento). Simplesmente, os empreendimentos mais vultuosos destinam-se a beneficiar todo o País, a partir da capital, e não apenas Bissau. É o caso do aeroporto internacional, do porto, das telecomunicações, do liceu e do complexo de Cumeré e outras fábricas importantes.

A Região de Bissau terá 2,2 por cento; Cacheu 6%; Oio 8,7 por cento; Bafatá 9,4; Gabú 9,1;

Distribuição de investimentos

Comissariado de Estado de Desenvolvimento Rural ...	168.659.300	PG
Secretaria de Estado das Pescas ...	305.298.000	PG
Comissariado de Estado dos Recursos Naturais ...	355.961.800	PG
Comissariado do Comércio, Indústria e Artesanato ...	333.450.000	PG
Comissariado das Obras P., Const. e Urbanismo ...	671.634.400	PG
Instituto Nacional de Energia ...	117.646.600	PG
Comissariado de Estado dos Transportes e Turismo ...	191.687.000	PG
Comissariado dos Correios e Telecomunicações ...	203.056.200	PG
Comissariado de Estado da Educação Nacional ...	111.706.600	PG
Comissariado da Saúde e Assuntos Sociais ...	57.278.000	PG
Comissariado dos Combatentes da Liberdade da Pátria ...	20.875.600	PG
Comissariado de Estado da Informação e Cultura ...	6.331.900	PG
Comissariado de Estado da Justiça ...	12.535.000	PG
Comissariado de Estado do Interior ...	79.200.000	PG
Comissariado de Estado dos Negócios Estrangeiros ...	1.000.000	PG
Comissariado da Coordenação Económica e Plano ...	62.621.300	PG
Comissariado de Estado das Finanças ...	154.093.500	PG
Presidência do Conselho de Estado ...	14.250.000	PG
Conselho Superior dos Desportos ...	420.000	PG
Empresa Pública e Mista (auto-financiamento) ...	415.550.000	PG

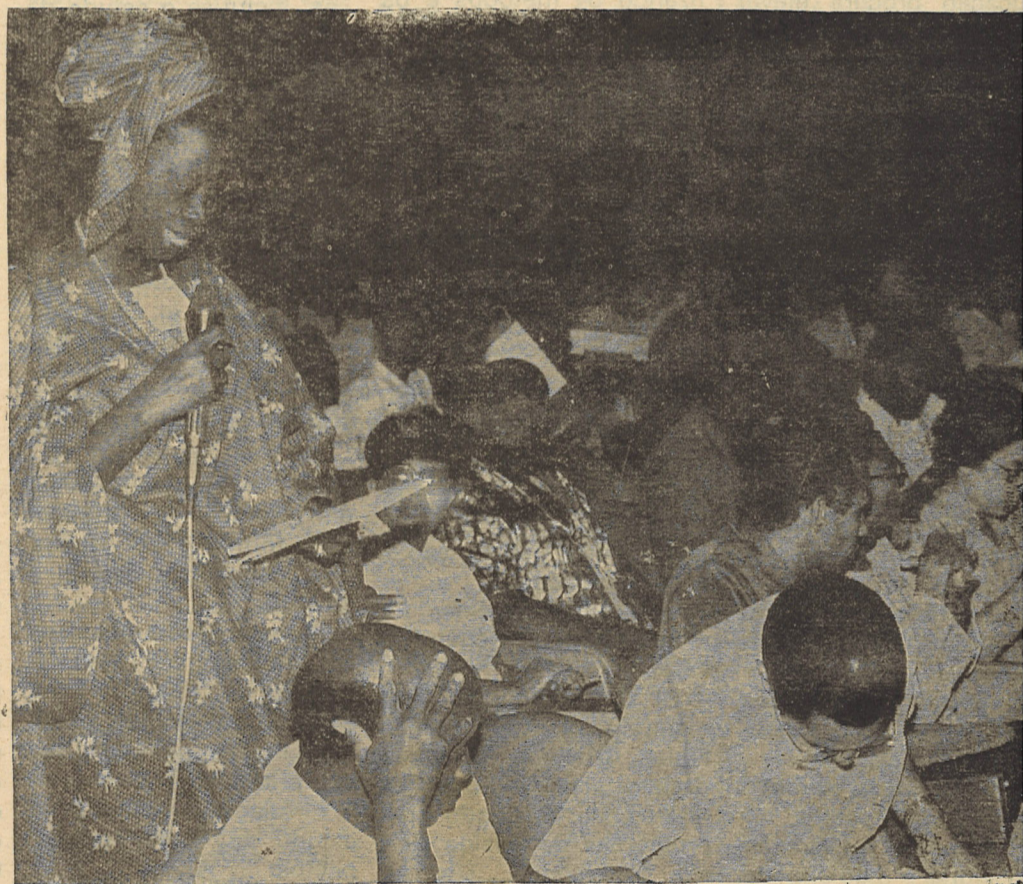
Buba 1,9; Tombali 3,7 e Bolama 3,5 por cento.

Nesta etapa do nosso desenvolvimento assume particular importância o facto de o Programa de Investimentos ter sido levado à ANP para discussão e aprovação. Isso significa o controle dos investimentos e, por consequência do modelo de desenvolvimento, pelos deputados eleitos pelo

nosso Povo e a possibilidade de eles próprios exigirem uma equitativa distribuição regional dos benefícios do desenvolvimento.

De igual forma não pode passar despercebido o facto de os técnicos do Comissariado da Coordenação Económica e Plano terem sistematizado o esforço de desenvolvimento e terem, já a partir des-

te Programa de Investimentos, possibilidades de controlar a sua execução. Ficam assim mais despedidos os caminhos não-de conduzir a nossa Economia a um modelo de desenvolvimento significado para melhor aproveitamento dos cursos e mais justos e aprofundada distribuição dos benefícios pelo conjunto do nosso Povo.



Fátima Fati, deputada pelo sector autónomo de Bissau e uma presença activa com intervenções frequentes sobre os problemas dos cidadãos que a elegeram

Federação apela para maior disciplina nos estádios

«A indisciplina vem imperando nos nossos campos de futebol», é o título que se deu a um comunicado da Federação Nacional de Futebol distribuído aos clubes no qual se apela para que desenvolvam esforços no sentido de evitarem que os actos de indisciplina, venham a agravar-se. Aos órgãos de informação nacional, foi dirigido também aquele comunicado, pedindo-lhes que contribuam para a elevação do espírito de desportivismo, de compreensão e de respeito, que devem ser apanágio de todos os que, de alguma forma, intervêm no desporto.

Passamos a transcrever aquele comunicado. **Aos dirigentes**, apela-se o para que:

1.º Tomem medidas que visem melhorar o comportamento dos jogadores;

2.º Quando se trate de jogos em casa, procurem assegurar o concurso de um serviço de ordem adequado;

3.º A segurança e o bom acolhimento dos visitantes (dirigentes e jogadores da equipa contrária

e componentes da equipa de arbitragem) devem ser totalmente garantidas.

AOS TÉCNICOS E JOGADORES, PEDE-SE QUE:

1.º Respeitem as leis e as regras do desportivismo;

2.º Aceitem sem reclamações as decisões dos árbitros;

3.º Os capitães de equipas têm o dever de apoiar os árbitros no exercício das suas funções;

4.º Se abstenham de acções susceptíveis de provocar o adversário ou o público.

AOS ESPECTADORES:

1.º Não levem para os estádios garrafas de vidro, nem as utilizem no caso de ali se encontrarem à venda;

2.º Não atirem objectos para o terreno do jogo, sejam de que material forem;

3.º Sob que pretexto for, não penetrem no rectângulo, antes, durante ou depois do jogo;

4.º Mantenham no limites do desportivismo as

manifestações de alegria ou de desagrado;

5.º Sejam os primeiros a não permitir que a conduta incorrecta de uma maioria os prive do prazer de assistir a um jogo que têm direito a ver até ao fim;

6.º Ajudem a vossa equipa, apoiando o serviço de ordem no exercício dos seus deveres;

7.º Não esqueçam que cada um tem uma quota parte de responsabilidade no que se refere à reputação e bom nome da

equipa de que são adeptos;

Não restam dúvidas de que, seria bom, se tudo isso fosse cumprido. Mas é preciso também que a própria autoridade saiba vencer o espírito de clu-bismo e ter sempre em

conta que a sua missão é exclusivamente a de man-

ter ordem e não a de ajudar a perturbá-la, facto esse que pode muito bem vir a acontecer algum dia, se é que já não aconteceu.

26.ª Jornada do Nacional de Futebol

Os candidatos ao título são favoritos mas pode haver surpresas

—Ajuda-FARP, Sporting-Tombali, Buba-Benfica e Balantas-Ténis, são os encontros da 26.ª jornada do nacional de futebol que irão concentrar todas as atenções.

Qualquer dos adversários dos quatro candidatos ao título (Benfica, Sporting, FARP e Balantas), não parece capaz de criar qualquer entrave aos seus opositores. A não ser que estes se lembrem de arregaçar as mangas e de venderem cara a derrota, já que nem o Ajuda Sport, nem o Tombali, e nem o Buba ou o Té-

nis se podem considerar incapazes de uma façanha. Aliás, o Ajuda Sport e o Ténis Clube, e mais outros que a boa gente do do nosso futebol chama de «menos cotados», habituaram-nos, esta época, a resultados surpreendentes.

Diga-se em abono de verdade que a favoritismo que se dá aqui aos candidatos ao título deve-se mais do hábito dos «sem hipóteses» para o título em concederem facilidades aos comandantes, e não pela capacidade destes.

A honra da inauguração desta jornada cabe à Udib e Bula, que se defrontam esta tarde, no Lino Correia. Logo à noite, estarão em confronto, o Ajuda e as FARP. Amanhã, só há um desafio em Bissau, e é a tarde. Trata-se do embate Sporting-Tombali. Na época passada, os sulistas arrecadaram os dois pontos cá na capital, ganhando por 1-0.

Dos restantes encontros, que se realizam no interior do país, a partir das 16h30, o Gabú-Cantchungo é difícil de vaticinar. O Desportivo de

Gabú, que se podia tomar como favorito devido à regularidade que há umas jornadas atrás vinha evidenciando, deixou de inspirar confiança, pelo menos nestas duas últimas rondas, em que teve resultados negativos, sobretudo, o seu desaire frente ao Benfica.

O Sporting de Bafatá será o anfitrião do prélio que o opõe a Estrela Negra de Bolama. Por último, temos o Desportivo de Farim, que jogará no seu estádio «Titina Silá» com o Atlético de Bissorã.

Anúncios - Educação

«Achamos que os professores têm um papel de grande importância na sociedade um papel determinante na formação do homem novo que pretendemos construir na nossa terra» (Camarada Luís Cabral durante a abertura da primeira sessão ordinária do II Legislatura da Assembleia Nacional Popular).

Dentro deste pensamento o Commissariado de Educação procura elevar o nível da formação de Professores.

O novo plano de estudos para a formação de professores do Ensino Elementar (da 1.ª até à 4.ª classe) exige o nível de ingresso da 6.ª classe com mais 3 anos de formação.

Este novo plano de estudos para a formação de professores do 1.º ciclo do ensino básico começou a funcionar no ano lectivo de 78/79. Poderão ingressar também os alunos que tiverem terminado o antigo ciclo preparatório.

O plano tem um carácter transitório e será modificado à medida que seja possível elevar quer o nível de admissão dos alunos, quer a qualificação dos professores.

1. — O plano abrange os seguintes aspectos:

a) Dar uma preparação profissional mediana e contribuir para a formação política e ideológica dos futuros professores;

b) O professor formado terá além dum conhecimento geral, os específicos das seguintes disciplinas:

— Pedagogia, Didáctica, Organização Escolar, Psicologia Geral, Psicologia Infantil, Higiene, conteúdo dos métodos de ensino e as formas organizativas do ensino;

c) Estará ainda preparado para dar primeiro ciclo de ensino básico, utilizando os métodos e os meios adequados;

d) Possuirá ainda as bases de uma concepção científica do mundo e inculcará aos seus alunos rasgos morais positivos, tais como: a modéstia, a honradez, a sinceridade, o amor pelo trabalho e amor pelos trabalhadores;

e) Possuirá o domínio da técnica adequada para desenvolver actividades extra-docentes e assim desenvolver um trabalho pedagógico com a população e com os pais dos alunos, conseguindo o objectivo de ligar a escola a comunidade.

2. — As disciplinas do plano terão as seguintes características:

a) Os conteúdos das disciplinas: Matemática, Física, Química, Biologia Geografia, História, estão elaborados segundo os programas do Ensino Geral Polivalente (Actual curso complementar do Liceu), mas adaptados aos objectivos e aos interes-

ses da escola de formação. Ter-se-á em conta também a relação entre as disciplinas básicas e a formação profissional. — Por isso convém salientar que os programas da escola de formação não serão idênticas aos do Liceu neste nível;

b) A disciplina Língua Oficial será desenvolvida de acordo com o programa do liceu correspondente a 7.ª, 8.ª e 9.ª classes. Inclui-se o estudo da metodologia do ensino da língua, dado o objectivo do curso;

c) A disciplina Formação Militante da área político-social, incluirá o estudo de Filosofia (Materialismo Dialéctico e Histórico), Economia Política, Vida e Obra de Amílcar Cabral contribuindo assim para a formação dum conceito científico do mundo.

d) As disciplinas básicas Pedagogia, Psicologia, também contribuem para formar nos alunos uma concepção científica do mundo;

e) As disciplinas básicas Pedagogia, Psicologia, também contribuem para a formação dos alunos a nível primário.

A Pedagogia incluirá o estudo dos seguintes aspectos: Introdução a Pedagogia Didáctica Organização Escolar

e) As aulas práticas de Pedagogia serão dadas dentro do número total de horas de aulas que tem a disciplina no 2º ano. Haverá duas frequências de conteúdo, sendo uma de actividades práticas. Durante o 1º semestre a actividade prática constituirá em observações de aulas dadas por professores com experiência, e durante o 2º semestre os próprios alunos darão aulas. Estas actividades realizar-se-ão numa escola primária anexa próxima da escola de formação.

f) Horta Escolar é uma disciplina que faz conhecer aos alunos os princípios da agricultura e que cria neles as habilidades e destrezas que são necessárias para o desenvolvimento destas actividades nas escolas do ensino básico.

g) As disciplinas de Educação Visual e Trabalhos Manuais têm uma tendência profissional e também contribuem para a elevação de nível de cultura geral dos alunos.

h) A disciplina de Educação Física tem uma tendência profissional. Durante os dois primeiros anos será dado com o objectivo de promover o desenvolvimento integral dos alunos e no último ano será dada a metodologia do ensino da disciplina para a sua aplicação na escola primária.

ESTUDANTES DA 6ª CLASSE AS CRIANÇAS ESPERAM POR TI FAZ-TE PROFESSOR.

Para te candidatares à Escola de Formação de Professores é necessário. Requerimento ao Camarada Comissário de Educação (pedindo admissão à frequência da escola)

Certificado de Habilitações Literárias

Certidão de Idade Atestado de Robustez Física.

Vacinas: (Variola, febre amarela e tétano) 3 fotografias.

A inscrição para a matrícula é de 15 de Agosto a 30 de Agosto.

Farmácias

HOJE: «Central Farmedi n.º 1» — Rua Guerra Mendes, telefone 2460
AMANHÃ: «Farmácia Higiene» — Rua António N'BANA, telefone 2520
SEGUNDA-FEIRA: Farmácia Central» — Rua Vitorino Costa, telefone 2453

Cinema

MATINÉ: «OS CORSARIOS DA ILHA VERDE»
M/13 anos — Às 18,30
SOIRÉ: «A CORRIDA DOS MALUCOS» —
M/13 anos — Às 20,45

No Pintcha

Trissemário do Commissariado de Informação e Cultura — Sai às terças, quintas e sábados.
Serviço Informativo das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China
Redacção, Administração e Oficinas — Avenida do Brasil — Telef.: Redacção 3713/3728 — Administração e Publicidade, 3726.

Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau : Cabo Verde

Seis meses 450,00 P.G.
Assinatura (Via Aérea) Africa, Europa e América:
Seis meses 550,00 P.G.
Um ano 700,00 P.G.

Caixa Postal 154 — BISSAU GUINÉ-BISSAU

Abertura do BAD a capitais não-africanos

ABIDJAN — O Conselho de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) pronunciou-se, em definitivo, por uma abertura do capital-acções deste organismo a países não-africanos sócios do fundo, anunciou, na quarta-feira de manhã, Yuma Morisho Lusambia (Zaire), secretário-geral do BAD.

Discussões longas e renhidas precederam, na terça-feira, à decisão do conselho, cuja assembleia geral se realiza actualmente em Abidjan, que aprovou o acordo de princípio dado pelos governadores quando da sua precedência de Libreville (1978), em Libreville. Aquelas discussões incidiram sobre os nove princípios elaborados em Libreville, cujo respeito deve permitir ao BAD conservar o seu carácter africano.

Estes princípios prevêem, nomeadamente, que a política do banco permanecerá sob controle dos países africanos membros e que o presidente, que deverá ser sempre uma personalidade africana, será designado pelo Conselho de Governadores.

Por outro lado, o Conselho de Administração será composto de 12 administradores africanos e

de seis designados entre os novos membros extra-africanos. A participação financeira destes no capital-acções do BAD será fixada em relação à sua contribuição para o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), instituído do banco.

Segundo Yuma, o capital do BAD, que é actualmente de 1,4 bilião de dólares, deverá ser elevado, nos anos 1981-82, para 6,3 biliões de dólares, dos quais dois terços (4,2 biliões) serão fornecidos pelos Estados africanos.

Vinte e cinco por cento do total será convertido em divisas, e o saldo será objecto de empréstimos lançados nos mercados financeiros dos países membros não-africanos. Esperava-se, em Abidjan, que estes países manifestassem a sua aceitação dos princípios formulados pelos Estados africanos.

Na terça-feira, o presidente do BAD, Ewame Donkog Fordwor (Ghana), lançou aos governadores um apelo no qual sublinhava a necessidade de admitir no seio do Banco, Estados não-africanos, afirmando, «de poder canalizar novos recursos para o financiamento do desenvolvimento de África».

Zimbabwé: resposta nacionalista às manobras anglo-americanas

DAR-ES-SALAM — A Frente Patriótica, formada pela ZANU e pela ZAPU, trabalha afincadamente na via da unificação real e na criação de um comando político-militar único, na sua luta contra o regime racista de Ian Smith, que, após as eleições que organizou na Rodésia, parece poder contar com o apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

O co-presidente da Frente Patriótica do Zimbabwé, Robert Mugabe, chefe da ZANU, anunciou que a frente irá estruturar rapidamente os Conselhos de Coordenação e de Defesa bem como o Comando Militar Unificado, cuja criação foi decidida na semana passada em Adis-Abeba.

Ao chegar a Dar-Es-Salam para informar o presidente tanzaniano Julius Nyerere, do resultado dos trabalhos do Comité Executivo comum da frente,

Mugabe disse que o regime de Salisbury não se aguentaria até ao fim do ano, a menos que a África do Sul vá abertamente em seu socorro.

O Comité Executivo comum da Frente Patriótica deve também elaborar uma Constituição para o Zimbabwé, precisando que o Conselho de Coordenação deve supervisionar a aplicação do programa da frente, tanto no plano político como militar, e o Conselho de Defesa, sob a autoridade da qual será colocado o Comando Militar Unificado, dirigirá a luta armada.

Entretanto, a nível internacional, a farsa eleitoral na Rodésia bem como o regime de Salisbury parecem contar com o reconhecimento por parte dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. O presidente Carter caracterizou as eleições como uma iniciativa tomada em boa

direcção», enquanto que o Primeiro-ministro britânico, intervindo anteriormente no Parlamento, disse que o seu governo «saúdava as transformações registadas na Rodésia após as eleições que aí tiveram lugar».

Na terça-feira, o senado americano votara, por esmagadora maioria — 75 votos contra 19 — uma emenda a favor do levantamento das sanções económicas decretadas pela ONU contra a Rodésia. O Senado, após a votação da emenda, de carácter não-obrigatório, advertiu, no entanto, o presidente Carter de que não hesitaria em obrigá-lo a levantar as sanções, se este não o fizer da sua livre vontade, isto é, dez dias após a entrada em «função» do «governo Muzorewa», previsto para 1 de Junho próximo.

Nicarágua: nova frente de luta

SANJOSE — A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) confirmou a abertura de uma nova frente guerrilheira a

Este da Nicarágua, que já nos seus primeiros combates causou numerosas perdas à Guarda Nacional.

Nestes combates, na região de Nueva Guinea, os guerrilheiros ocuparam cinco localidades, abateram dois aviões e provocaram uma intensa mobilização de soldados para esta zona.

Um comunicado da FSLN precisa que a nova frente é denominada «Jacinto Hernandez», um guerrilheiro e dirigente camponês, morto em combate no Norte da Nicarágua, a 9 de Setembro de 1975.

O comunicado da FSLN informou igualmente que a frente «Jacinto Hernandez» é um destacamento orgânico da frente Sul «Benjamin Zeledon» e as

suas acções fazem parte da luta armada anti-somozista que levam a cabo as duas outras frentes de combate sandinistas, «Carlos Fonseca Amador», a Norte, e «Amilcar Ortega» e «Rigoberto Lopez» ao centro e a noroeste do país.

O anúncio da Frente Sandinista de Libertação Nacional contradiz o Gabinete de Leis e de Relações Públicas da Guarda Nacional que proclama a inexistência de acções guerrilheiras a Este do Grande Lago Nicarágua.

Porta-vozes da Guarda Nacional afirmaram várias vezes que a mobilização de mais de 50 soldados para a zona de Nueva Guinea era devido a «exercícios de rotina».

Diferendo sino-vietnamita

HONG KONG — O Vietnã retirará as suas tropas do Laos e do Kampuchea — avaliadas em 211 mil homens — quando «tiver terminado a ameaça de agressão chinesa», declarou anteontem a Rádio-Hanói captada em Hong-Kong.

«Se não houvesse ameaça por parte da China, o Laos e o Kampuchea não teriam razão de pedir a ajuda das forças vietnamitas, e o Vietnã não enviaria soldados», acrescentou a rádio, comentando a tenção que prevalece actualmente na Indochina.

A Rádio-Hanói lembrou que o Vietnã enviara várias vezes tropas ao Laos e à Kampuchea para combater os inimigos co-

muns aos três países, primeiro os colonialistas franceses e depois o imperialismo americano.

«Depois de ter cumprido as suas importantes obrigações internacionais, as tropas do Vietnã regressaram à sua pátria», afirmou a rádio.

Uma das condições impostas pela China para a normalização das suas relações com o Vietnã é a retirada das tropas de Hanói do Laos e do Kampuchea. Entretanto, decorrem ainda na capital vietnamita conversações entre os dois países a fim de solucionar os problemas pendentes. — (FP)

Togo, Benin e Nigéria estreitam relações

COTONU — O Togo, o Benin e a Nigéria reforçaram as suas relações de cooperação — constatou um comunicado final publicado no final de uma reunião conjunta da comissão permanente dos ministros dos Negócios Estrangeiros e do Interior e da Cooperação dos três países, realizada em Cotonu.

O comunicado indicou que os ministros examinaram questões de interesse comum, e felicitaram-se pelos progressos

registados desde o último encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros em Lagos, em Janeiro último, no reforço das relações entre os três países.

Depois de terem feito um balanço de actividades, os ministros decidiram tomar várias medidas destinadas a eliminar todos os obstáculos que podem entrar a cooperação entre os seus países.

Por outro lado, as delegações discutiram a si-

tução em África. No que respeita à África Austral, os participantes reafirmaram a urgente necessidade de eliminar a política do «apartheid» e do racismo, assim como a convicção de que nenhuma solução do problema do Zimbabwé é possível sem a participação da Frente Patriótica.

Quanto à Namíbia, os ministros renovaram o seu apoio indefectível à SWAPO, único e legítimo representante do povo namibiano. (FP)

Cimeira sobre Chipre

NICÓSIA — Uma reunião entre Spyros Kyprianou, presidente do Chipre, e Rauf Denktaş, líder da comunidade cipriota-turca da ilha, decorre desde ontem de manhã em Nicósia, sob a

égide do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim.

Waldheim declarou anteontem à sua chegada a Chipre que as reuniões cimeiras não tinham por objectivo

resolver de uma só vez o problema cipriota, mas buscar um terreno comum que permita um recomeço do diálogo interrompido há dois anos. (FP)

ACCRA — O responsável pela tentativa falhada de golpe de estado no Ghana é um oficial de aviação ghanense, capitão G. J. Rawlings, que será julgado nos próximos dias por um tribunal militar, juntamente com os seus cúmplices. Esta informação foi dada na quarta-feira pelo tenente-coronel A. Enniful, durante uma conferência de imprensa. (FP)

GUERRA NO UGANDA

NAIROBI — As forças combinadas do novo regime ugandês, e do exército tanzaniano capturaram na quarta-feira a cidade de Lira, a 210 quilómetros ao norte de Kampala, depois de violentos combates contra as tropas do marechal Idi Amin. Os defensores da cidade foram apanhados numa emboscada quando tentavam fugir. (FP)

INDÚSTRIA NA ARGÉLIA

ARGEL — A primeira fábrica de aparelhos electrónicos de Sidi-Bel-Abbes começou a fabricar televisores a cores. Quando atingir o máximo rendimento, a fábrica produzirá cem mil televisores, aparelhos de rádio, magnetofones e outros equipamentos electrónicos por ano. (Tass)

FALTA DE ESTATÍSTICAS EM ÁFRICA

ACCRA — Os países de África precisam de estatísticas para acelerar o seu processo de modernização e de desenvolvimento — declarou Evans Ankom, ministro da Educação do Ghana, ao inaugurar uma conferência sobre o ensino de matemáticas nas escolas primárias e secundárias de África. (FP)

REALIZAÇÕES DA OMVG

DAKAR — A Organização para o Aproveitamento do Rio Gâmbia poderá entrar na sua fase de realizações em 1980. Segundo o Alto Comissário desta organização que agrupa a Gâmbia e o Senegal, a qual a Guiné concorda aderir, os trabalhos de construção de uma das três barragens previstas, a ponte-barragem de Bantenda, poderão começar em Outubro de 1980. (FP)

COOPERAÇÃO NIGÉRIA-EUA

LAGOS — Uma delegação da Nigéria deixou ontem Lagos com destino a Nova-Yorque, a fim de prosseguir as discussões sobre a cooperação económica entre a Nigéria e os Estados Unidos. Esta nova sessão começará a 21 do corrente. As anteriores discussões realizaram-se em Dezembro último na capital nigeriana. (FP)

CHILE: 39 PESSOAS ABSOLVIDAS

SANTIAGO — Um tribunal de Santiago ordenou na quarta-feira a libertação de 39 manifestantes presos pela polícia chilena no dia 1 de Maio. Na semana passada, um tribunal de primeira instância já tinha ordenado a libertação de 300 pessoas presas quando manifestavam por ocasião da Festa do Trabalhador. (FP)

Agricultura, Informação e Justiça debatidas na ANP

Ficou acordado, ontem, na Assembleia, que o Governo vai ajudar o Desenvolvimento Rural, com todos os meios possíveis para garantir a distribuição de sementes agrícolas às populações necessitadas e decidido atribuir aos comités de Estado regionais e sectoriais, em colaboração com os deputados, a responsabilidade de rigorosa garantia da recolha de todas as sementes emprestadas no início das campanhas agrícolas.

Essas medidas foram enérgicamente defendidas pelo Presidente do Conselho de Estado, Camarada Luiz Cabral, quando o Comissário Mário Cabral apresentou as dificuldades na cobrança de sementes e as quais os deputados confirmaram. Luiz Cabral mostrou-se assim preocupado, com base numa observação anterior do Comissário Mário Cabral, segundo a qual só em 1985 se atingiria a produção de mancarra e arroz anterior à guerra, pelo que só nessa altura o Complexo industrial de Cumeré seria convenientemente abastecido.

O Presidente achou que é tempo longo demais, pelo que o Comissário do Desenvolvimento Rural se comprometeu a melhorar a situação, desde que lhe fossem garantidos os meios.

O camarada Luiz Cabral reafirmou a posição defendida em sessões anteriores, em como não confundir, de um lado, os créditos agrícolas que o departamento pode fazer aos camponeses em factores de produção, com vista ao melhoramento de condições e do aumento de capacidade de produção, e por outro lado, dos «empréstimos de submissão» que algumas lojas fazem para obrigar os agricultores a pagarem

em géneros, mesmo que esses não tenham condições para isso.

«Os Comités regionais têm que ser capazes de impôr a sua autoridade e exigir o pagamento de sementes pelas populações, mas não privar alguns agricultores a possibilidade de crédito agrícola só pelo facto de não terem pago no ano anterior. Não aceitamos essas desculpas. Senão, a nossa produção baixa cada vez mais...»

APOIO AO CAMPONÊS

O Comissário Mário Cabral tinha falado anteriormente, na sua exposição, no novo conceito de desenvolvimento rural, tendo como principal forma de actuação, o apoio ao camponês, a principal força de produção, no sentido de encaminhar o nosso desenvolvimento para uma economia nacional independente.

Falou também da inexistência de um fundo de maneio para as granjas agrícolas, da necessidade de coordenação de actividades comunitárias com outros departamentos, e do fecho de bolanhas prioritárias, no Centro e Sul do país (com a ajuda do BADEA) e com base nos critérios de rentabilidade. Este ano foram fechadas as bolanhas de Pefine (com 65 metros de comprimento) Cumura (220 metros), Bissauzinho (35) e Bissau-Tor (70). De realçar a iniciativa louvável da população de Biombo no fecho da bolanha local, com meios próprios.

O problema de graves consequências para os agricultores e o país, por ineficiência de meios para a evacuação de produtos cultivados, nas zonas mais afastadas do país particularmente no Sul, foi focado durante as in-

tervenções de deputados.

Mário Cabral focou igualmente questões relacionadas com o departamento da Pecuária, destacando a necessidade de equilíbrio entre a produção vegetal e a produção animal. Até agora, tudo, desde alimentação de gado e aves de capoeira até às vacinas, é importado. O futuro laboratório de patologia animal (em construção) é um passo para a fabricação de vacinas contra a peste animal. Será mais tarde assinado um empréstimo com o BAD, para aumento de produção de ovos e de galináceos.

A exposição do Comissário da Informação e Cultura, Camarada Mário de Andrade abrangeu exclusivamente os sectores da Cultura e da Rádio. Ressaltam-se, nesta medida, as referências à necessidade de recolha da tradição oral e da história da nossa luta de libertação nacional, à música tradicional e aos estudos para criação de emissores regionais de Radiodifusão, no leste do país, com a ajuda da Rádio-Televisão da Jugoslávia.

ESTIMULAR AS INICIATIVAS

Segundo Mário de Andrade cabe ao seu Comissariado «estimular todas as iniciativas de criação artística das massas populares, inventariar, recolher os estilos de vários aspectos da arte popular: a escultura, a pintura, a cerâmica, etc.».

A existência da Escola Nacional de Música José Carlos (já com as primeiras classes infantis), é uma resposta à necessidade de recolha de vários estilos de música tradicional. Ao mesmo tempo vão sendo encorajadas as orquestras modernas. O titular da pas-

ta da Informação e Cultura, anunciou a futura abertura de casas de cultura em Bolama, Bafatá e Cacheu, em função das infraestruturas materiais.

Realçou o papel dos filmes da fase de luta de libertação nacional, como elemento do património cultural e político do país, tendo apontado 10 dos filmes rodados por cineastas de países amigos. Quanto à importação de filmes comerciais, é limitada pelos preços de aluguer e, dentro dos escolhidos, procura-se os que não contrariem a ideologia do Partido.

Devido às distâncias, à dispersão das populações, à multiplicidade de línguas e ao analfabetismo, a Rádio joga um papel preponderante no meio rural e, daí a elaboração de um projecto de Comunicação Social e Acção Cultural, no qual se desenvolverá a Rádio Rural. Mário de Andrade mostrou-se preocupado com as condições técnicas da nossa Rádio, em que os emissores trabalham actualmente em um quarto da sua potência total havendo dúvidas sobre a possibilidade de reparar os emissores já existentes ou comprar outros?»

Vai ser regulamentada a forma de cedência do salão III Congresso, a fim de garantir o estado da sua conservação mais eficiente, informou Mário de Andrade, em resposta a uma questão levantada pelo deputado Carlos Correia. Por outro lado, vai ser concluída a sala de cinema do Ancar. O mesmo deputado criticou a forma como tem sido utilizada a orquestra nacional, Cobiána Jazz, como simples objecto de angariação de fundos para as organizações de massa. O Comissário da Informação

e Cultura prometeu reorganizar as actividades do conjunto musical nacional.

Os debates à volta da exposição feita pelo Comissário de Estado da Justiça constituíram um «ponto quente» (depois dos temas sobre o Comércio, Orçamento e Transportes) no décimo dia de trabalhos da ANP, anteontem, quinta-feira. Pontos centrais: conduta dos tribunais populares e certos desvios de dinheiro pelos funcionários de Justiça ou a ela ligados.

ESCOLA MÉDIA DE DIREITO

O Camarada Fidélis Cabral de Almada fez um balanço das actividades do seu Comissariado e apontou a carência de quadros técnicos, em número e em qualidade, como uma das principais dificuldades enfrentadas para a execução eficaz do trabalho, tanto assim que, no ano passado, não foi possível concluir o plano de actividade proposto.

Uma das soluções para a falta de quadros é o projecto de criação de uma Escola Média de Direito, já em andamento.

Há intenções de instalar tribunais populares de alta instância em cada região, mas só foi possível para já agrupar as regiões em três círculos judiciais: Bissau, Oio e Bolama.

A questão dos roubos ocupou grande parte das perguntas dos deputados, que defenderam a tomada de decisão para combater essa prática maligna na nossa sociedade. O Camarada Fidélis recusou o sistema de confiscação de bens, efectuado por muitos juizes populares de base aos ladrões implicados nos roubos, na medida em que, segundo ele, gera abusos e deturpação do conceito de revolu-

cionário dos tribunais populares.

«Os tribunais populares têm que ser defendidos — disse ele — pelo seu carácter de instituição de defesa do povo na base de uma democracia popular revolucionária. O Povo deve participar, ele mesmo, fazendo justiça. E a justiça não pode estar nas mãos da Segurança, nem nos comités». O deputado de Buba, Malam Djassi, viria a reforçar essa posição, afirmando que «o Tribunal é como que um remédio na vida social das populações e tem que ser orientado por aqueles que conseguem resolver problemas».

A deputada de Bula, Paulina Cassamá, chamou a atenção quanto ao ressurgimento de questões de terras em Bula, e Fidélis de Almada esclareceu que é condenável o caso daqueles que tentam desrespeitar as instâncias judiciárias de base nas tabancas, após uma sentença já feita. A lei cumpre-se, e se os implicados nos processos de terras (já ano passado) não se conformaram com a sentença, o mais que podem, é fazer, recurso ao Tribunal Supremo.

Muito se referiu sobre a falta de infraestruturas para a manutenção eficaz de prisões e centros de reabilitação de delinquentes e, em relação a fugas das cadeias, um deputado de Bolama-Bijagós, veterano da clandestinidade e resistente do Tarrafal, chamou a atenção para a necessidade do reforço de vigilância nas prisões para evitar casos de suborno de guardas. Fidélis de Almada confirmou tal facto ter sido verificado na cadeia civil de Brá, e justificou que isso reflecte um dos pontos fracos que ainda temos na segurança de cadeias.

Timor-Leste

(Continuação da pág. 1)

como trampolim para desencadear a agressão armada e justificar a invasão indonésia. Porém, a FRETILIN retira-se estrategicamente para as montanhas, reorganiza as suas forças e desencadeia a insurreição geral armada em 15 de Setembro de 1975.

O poder popular instala-se nas zonas libertadas que constituem o motor para a consolidação da luta. Não obstante as difíceis condições em que se desenrola o seu combate libertador, o povo maubere organiza um verdadeiro Estado.

Nem operações de aniquilamento, nem os traidores isolados poderão

deter esta luta determinante.

No próximo número, contamos publicar uma entrevista que Roque Rodrigues, dirigente da FRETILIN, concedeu ao «NÔ PINTCHA» em Abril último, onde nos fala desta luta e deste povo heróicos.

Comissão Mista Cabo Verde-Angola

PRAIA — A Comissão Mista de Cooperação constituída entre Cabo Verde e Angola reunir-se-á pela primeira vez de 18 a 24 deste mês. Uma delegação caboverdeana conduzida por Carlos Reis, ministro da Educação,

Renovação da Convenção de Lomé Descontentamento dos ACP

BRUXELAS — Os países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), associados à Comunidade Económica Europeia (CEE) pela Convenção de Lomé, exprimiram, na terça-feira, em Bruxelas, o seu descontentamento pe-

la forma como a CEE realiza a renovação desta Convenção.

Em vésperas da sessão ministerial final das negociações, que terá lugar a 24 e 25 deste mês, na capital belga, Donald Rainford, embaixador da Jamaica junto da Comunidade, declarou, em nome dos países ACP, numa conferência de imprensa, que «a não se registarem progressos satisfatórios nas negociações a nível de embaixadores, esta semana, será difícil concluir as negociações finais na próxima semana».

Ele acusou um alto funcionário da Comissão Europeia encarregado do

Desenvolvimento, Klaus Mayer, de ter sido «grosseiro e agressivo» com os representantes dos países ACP durante uma sessão de negociação, na segunda-feira em Bruxelas.

Rainford acrescentou que a CEE recusou, deliberadamente, comunicar aos países ACP as decisões já tomadas sobre certos pontos delicados das negociações tal como a instituição de um sistema paralelo ao do «Stabex» (Estabilização das receitas de Exportação, aplicada actualmente ao minério de ferro e aos produtos agrícolas).

«Os negociadores da CEE, prosseguiu Rainford, esperam assim que os

países ACP aceitem qualquer proposta que lhes seja comunicada no último minuto. Mas os ministros ACP não poderão tomar nenhuma decisão sobre qualquer proposta que não tenha sido estudada pelos nossos peritos» concluiu ele.

Por seu lado, Seydina Sy e Afolabi, respectivamente embaixadores do Senegal e da Nigéria, deploraram, igualmente, a «táctica dilatória» adoptada pela CEE nas negociações, e sublinharam o engajamento dos países ACP na criação de um fundo de desenvolvimento industrial distinto do FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento).